

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	11
PREFÁCIO.....	15
INTRODUÇÃO.....	21

PRIMEIRA PARTE A POLÍTICA ESTRUTURAL COMUNITÁRIA

CAPÍTULO I: OS PRIMÓDIOS DA POLÍTICA SOCIO-ESTRUTURAL NA COMUNIDADE (DE 1962 A 1984).....	27
1. Os fundamentos.....	27
2. A evolução histórica.....	29
2.1 — A fase inicial e os modelos conceptuais — O Plano Mansholt.....	29
2.2 — A fase da aplicação e a «política do possível».....	33
3. Um balanço modesto.....	37
CAPÍTULO II: A «NOVA POLÍTICA» DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS DA COMUNIDADE (DE 1985 PARA DIANTE).....	43
1. Natureza e principais finalidades.....	43
2. O Regulamento n.º 797/85.....	45
2.1 — Motivações e campo de aplicação do Regulamento.....	45
2.2 — Investimentos nas explorações, apoio aos jovens agricultores e condições de acesso.....	48
2.3 — Outras medidas a favor das explorações agrícolas.....	54
2.4 — Medidas específicas a favor da agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas.....	55
2.5 — Medidas específicas regionais.....	56
2.6 — Ajudas nacionais nas zonas sensíveis do ponto de vista do Ambiente.....	57
2.7 — Medidas florestais nas explorações.....	58
2.8 — Adaptação da formação profissional às necessidades da agricultura moderna.....	58
2.9 — Disposições financeiras.....	59
2.10— Apreciação final.....	60
3. A Directiva n.º 268/75.....	61
4. O Regulamento n.º 355/77.....	63

5. O Regulamento n.º 1360/78	67
6. O Regulamento n.º 777/85	71
7. Os Programas Integrados Mediterrânicos (PIM)	72
CAPÍTULO III: O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ESTRUTURAS	79
1. Natureza e condições gerais	79
2. Repartição dos financiamentos e suas perspectivas	82

SEGUNDA PARTE
AS PERSPECTIVAS DE REFORMA DA PAC

CAPÍTULO IV: A REVISÃO DA PAC E POLÍTICA SOCIO-ESTRUTURAL	87
1. O desequilíbrio dos mercados agrícolas e as suas implicações	87
2. O memorando de Siena sobre a reforma da PAC	95
2.1 — O contexto que o motivou	95
2.2 — O Memorando	96
3. As propostas da Comissão	101
3.1 — No período anterior a 1984	101
3.2 — Na perspectiva do «alargamento» e da evolução do mercado. O «livro verde» (1985/86)	107
3.2.1 — As quotas de produção de leite e os riscos de uma agricultura centralmente administrada	107
3.2.2 — O «livro verde» e o seu significado	111
3.2.3 — Alguns desafios para Portugal	112
3.2.4 — O «livro verde» e o seu campo de reflexão	114
3.2.5 — Efeitos prováveis sobre a política socio-estrutural	121
4. Modificações recentes da política comum de estruturas agrícolas (1986/87)	122
CAPÍTULO V: AS ACÇÕES SUPLETIVAS	129
1. As actuações no campo florestal	129
1.1 — Uma necessidade reconhecida	129
1.2 — Os meios da acção florestal da Comunidade	131
1.3 — As possibilidades para o futuro	133
2. A coordenação das acções de investigação	135
2.1 — Características	135
2.2 — Perspectivas	137
3. A protecção do Ambiente no âmbito da Reforma da PAC	138
3.1 — As preocupações com a defesa do Ambiente	138
3.2 — Regulamentação e Controlo das práticas prejudiciais ao Ambiente	138
3.3 — Encorajamento de práticas compatíveis com o Ambiente	139

TERCEIRA PARTE
AS NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS NO CAMPO DAS ESTRUTURAS

CAPÍTULO VI: AS NEGOCIAÇÕES SOBRE AS ESTRUTURAS AGRÍCOLAS E SEUS RESULTADOS	143
1. Breve nota histórica	143
2. O Conteúdo do Acto de Adesão relativo às Estruturas	153
CAPÍTULO VII: AS PRINCIPAIS MEDIDAS ESPECÍFICAS ESTRUTURAIS APLICÁVEIS A PORTUGAL	159

1. O Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (Regulamento CEE n.º 3828/85 e Decreto-Lei n.º 96/87)	159
2. Os Regulamentos CEE n.ºs 797/85 e 3827/85 e a sua aplicação a Portugal mediante o Decreto-Lei n.º 79-A/87	169
3. O Regulamento CEE n.º 355/77 e a sua aplicação em Portugal	187
4. A Acção-Comum para o melhoramento das estruturas vitivinícolas em Portugal (Regulamento CEE n.º 2239/86 e Decreto-Lei n.º 259-A/87)	188

QUARTA PARTE

A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA A NOSSA AGRICULTURA FACE À CEE

CAPÍTULO VIII: A NECESSIDADE DE UMA ESTRATÉGIA PARA O INCREMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL	197
1. O que nos mostra uma análise histórica do Produto e da produtividade da Agricultura em Portugal	197
2. Quanto nos custa a nossa dependência externa alimentar?	200
3. Quanto nos custará a dependência alimentar dentro da CEE?	204
4. Como se poderão equacionar as perspectivas da nossa produção na CEE?	211
4.1 — Poderemos produzir num mercado comunitário saturado?	211
4.2 — A «disciplina na produção» e a situação específica de Portugal	213
4.3 — As orientações de produção do «livro verde»	217
4.4 — As «acções supletivas» como alternativas à produção	221
4.5 — As prováveis consequências da reforma da PAC	223
5. Que orientações de produção para os agricultores portugueses	227
5.1 — A necessidade de uma estratégia interna para a produção	229
5.1.1 — A consciência de uma «escala de importância» a nível nacional	233
5.1.2 — A utilidade de definir um «ordenamento» cultural indicativo	240
5.1.3 — Fazemos chegar a «revolução verde» aos campos de Portugal	243
5.2 — A conveniência de uma tática negocial consequente com Bruxelas	246
CAPÍTULO IX: QUE POLÍTICA ESTRUTURAL PARA A AGRICULTURA PORTUGUESA?	257
1. Um esclarecimento necessário	257
2. A problemática socio-estrutural da agricultura portuguesa	258
3. Uma via de solução compatível com a situação actual	261
4. O exemplo da política comunitária	263
5. O que nos mostra uma análise histórica do comportamento da agricultura familiar em face do progresso técnico	267
6. Uma interpretação da falência das «políticas agrícolas» em Portugal	269
7. Algumas ideias para a construção de uma política de estruturas agrícolas	272
7.1 — Contributo para uma visão clara dos problemas estruturais	273
7.2 — A conveniência de uma lei de orientação agrícola	275
7.3 — Algumas obrigações decorrentes da nossa adesão à CEE e da provável evolução estrutural da PAC	277

ANEXOS

ANEXO I: O acordo agrícola de Dezembro de 1986 (leire e carne de bovino)	283
ANEXO II: A revisão da O. C. M. das Matérias Gordas	285
ANEXO III: Decisões sobre os preços agrícolas para a campanha de 1987-88 (Junho de 1987)	287

ANEXO IV: Preços, em Portugal, à produção de produtos agrícolas (transição clássica) — campanhas 86/87 e 87/88	292
ANEXO V: A Reforma da PAC e o «Plano» Delors. As reformas estruturais na sequência do Acto Único	293
ANEXO VI: Explorações agrícolas por classes de área e respectivas superfícies produtivas ou efectivos pecuários (segundo o Recenseamento Agrícola do Continente — 1979/80)	296
ANEXO VII: 1 — Mapa de Regiões desfavorecidas em Portugal (Continente)	298
2 — Lista, por concelhos, das Regiões desfavorecidas em Portugal (Continente)	299
ANEXO VIII: 1 — Mapa das Regiões Agrícolas em Portugal (Continente)	307
2 — Potencialidades para as diferentes produções por regiões agrícolas	308
ANEXO IX: Objectivos e metas técnicas por produtos	317
ANEXO X: Medidas de controlo dos mercados — os estabilizadores agrícolas	337
BIBLIOGRAFIA	341